



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
TERMO DE RETIRADA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2008**

PESSOA JURÍDICA:	
ENDEREÇO:	
CNPJ DA PESSOA JURÍDICA:	
TELEFONE(S):	
FAX:	E-MAIL:
PESSOA DE CONTATO:	
CELULAR DA PESSOA DE CONTATO:	
CONTATO EM BRASÍLIA (caso haja) NOME:	
TELEFONE/FAX:	

Obs.: Preenchimento com “letra de forma”.

Retirei do Ministério da Educação - MEC, cópia do Edital do Pregão Eletrônico nº. **09/2008**, que será realizado através do portal COMPRASNET, e terá início no dia **11/03/2008**, com a divulgação das propostas de preços dos interessados.

Valor do Edital xerografado: R\$ 6,60 – Caso retirado no balcão da CPL/SAA/MEC, ou gratuitamente pela internet.

Apresentar a Guia de Recolhimento da União – GRU, devidamente autenticada pela instituição financeira, onde comprove o pagamento do valor acima estipulado.

A retirada da GRU se dará através do site www.stn.fazenda.gov.br, clicando no link SIAFI – Sistema de Administração Financeira Guia de Recolhimento da União Impressão – GRU Simples. É necessário o preenchimento dos dados obrigatórios solicitados no formulário.

Unidade Favorecida: Código 150002 – Gestão 00001

Recolhimento: Código 68888-6 – Referência 83

Assinatura e carimbo da pessoa jurídica

ATENÇÃO: Os interessados que retirarem o edital pela internet, **DEVERÃO ENCAMINHAR ESTE TERMO DE RETIRADA**, devidamente preenchido, ao Pregoeiro, através do fax nº (061) 2104 9213. As respostas aos pedidos de esclarecimentos, impugnações, recursos administrativos e demais avisos serão divulgadas mediante publicação de nota na página web do MEC, no endereço (www.mec.gov.br), opção “Licitações”, bem como no portal COMPRASNET (www.comprasnet.gov.br), ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2008.
PROCESSO Nº 23000.027111/2007-43

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de instalação e reposição de divisórias, com fornecimento de materiais, visando à complementação de serviços e materiais existentes ou anteriormente executados nas dependências internas dos edifícios de administração direta do Ministério da Educação, em Brasília -DF, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.

- ANEXOS:** I - Termo de Referência
II – Planilha de Custos e Formação de Preços
III - Minuta de Contrato
IV - Declaração de Fato Impeditivo
V - Declaração do Menor
VI - Declaração de Vistoria

ÍNDICE

ITEM	ASSUNTO
1	DO OBJETO
2	DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
3	DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
4	DO ENVIO E DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
5	DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
6	DA DESCONEXÃO
7	DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
8	DA HABILITAÇÃO
9	DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
10	DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
11	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
12	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
13	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
14	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS / PRAZO DE EXECUÇÃO DAS ETAPAS / CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS / VISTORIA
15	DO CONTRATO
16	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
17	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
19	DO FORO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2008

PROCESSO Nº 23000.027111/2007-43

O Ministério da Educação, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 89, de 05.06.2007, do seu Subsecretário de Assuntos Administrativos, da Secretaria Executiva, publicada no Diário Oficial da União, de 08 de junho de 2007, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA – do tipo menor preço global**, conforme descrito neste Edital e Anexos, que será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições contidas no Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos nºs 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 200, e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

DATA: 11/03/2008

HORÁRIO: 09:30h

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

1. DO OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa para execução de serviços de instalação e reposição de divisórias, com fornecimento de materiais, visando à complementação de serviços e materiais existentes ou anteriormente executados nas dependências internas dos edifícios de administração direta do Ministério da Educação, em Brasília -DF, conforme condições e especificações constantes deste Edital e do Termo de Referência – Anexo I.
- 1.2 Constituem anexos a este edital, dele fazendo parte integrante como se transcritos estivessem:
 - a) Termo de Referência – Anexo I
 - b) Planilha de Custos e Formação de Preços – Anexo II
 - c) Minuta de Contrato – Anexo III
 - d) Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos – Anexo IV
 - e) Declaração de Inexistência de Não Empregar Menor – Anexo V
 - f) Declaração de Vistoria – Anexo VI

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 2.1. Poderão participar deste Pregão as empresas que:

2.1.1 Atendam às condições deste Edital e seus Anexos e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente, ou por servidor da Administração ou da Equipe de Apoio do Pregão, devidamente qualificado, ou publicação em órgão da imprensa oficial;

2.1.2 Estejam cadastradas e parcialmente habilitadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, Art. 1º, do Decreto 3.722/01;

2.1.2.1 **Não estejam cadastradas no SICAF**, e que tiverem interesse em participar do presente pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior a data do recebimento das propostas (Parágrafo único do Art. 3º, do Decreto nº 3.722/01).

2.2 **Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação:**

2.2.1 Empresas em estado de falência, recuperação judicial ou extrajudicial de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

2.2.2 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública Federal;

2.2.3 Empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.4 Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

2.2.5 Empresas estrangeiras que não funcionem no país.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05), no site <http://www.comprasnet.gov.br>.

3.2 As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão.

3.3 O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação (Art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).

- 3.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Ministério da Educação, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.6 Os licitantes interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão observar o cumprimento dos requisitos de participação estabelecidos no Art. 13, do Decreto nº 5.450/05.

4. DO ENVIO E DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 4.1 A partir das **09:30h** do dia **11/03/2008**, data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, e em conformidade com o subitem 4.3 deste Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº **09/2008**, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, conforme Edital e de acordo com o Art. 22, do Decreto nº 5.450/05.
- 4.2 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (Art. 13, inciso III, do Decreto nº 5.450/05).
- 4.3 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13, inciso IV, do Decreto nº 5.450/05).
- 4.4 A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços **com valor unitário e total, a partir da data da liberação do edital no COMPRASNET, até as 09:30h do dia 11/03/2008, horário de Brasília,** exclusivamente por meio do sistema eletrônico (Art. 21, § 1º, Art. 13, inciso II e Art. 17, § 5º, ambos do Decreto nº 5.450/05).
 - 4.4.1 Durante esse período, o fornecedor poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (Art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 4.5 Como requisito para a participação no Pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 4.6 **A Proposta de Preços**, bem como **planilha de custos e formação de preços, Anexo II**, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado deverá ser formulada e apresentada **no mesmo dia** pela **empresa**

detentora do menor lance, com posterior envio do original ou cópia autenticada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contadas a partir do encerramento da etapa de lances, **com o preço unitário e total**, atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados. **A comprovação dar-se-á mediante envio da documentação no mesmo dia, para o Fax n.º (0xx61) 2104-9213** (Art. 25, § 6º, do Decreto nº 5.450/05) contendo:

- a) Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- b) Preços unitários e totais, atualizados, em conformidade com o último lance ofertado, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o Art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, em algarismo e por extenso (total), prevalecendo este último em caso de divergência, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as quantidades constantes do Anexo I do presente Edital.
 - b.1) Nos preços cotados, deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço, objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.
- c) Nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa, para efeito de pagamento.
- d) Nome ou razão social do proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último, se houver, para contato, bem como: estado civil, profissão, CPF, Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa.
- e) No caso de utilização de materiais/produtos importados, os mesmos deverão estar com toda a documentação que os legalize no País, principalmente quanto ao cumprimento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e INIMETRO.
- f) Especificação detalhada dos serviços, discriminando as características técnicas, materiais e mão-de-obra, sendo extensivo aos componentes periféricos, caso existam, e quaisquer outros necessários à correta especificação dos serviços e materiais inerentes, observadas as especificações básicas constantes do Termo de Referência – de que trata o Anexo I, e as demais indicadas neste Edital e seus anexos.
- g) Prazo de execução dos serviços terá início com a assinatura do respectivo Contrato, vigorando até 31 de dezembro de 2008.
- h) Prazo de garantia dos acessórios, peças e materiais utilizados na execução dos serviços, de conformidade com o prazo estabelecido pelo fabricante, responsabilizando-se pela substituição de quaisquer peças e/ou materiais defeituosos, caso exista, ou fora das especificações constantes deste Edital e seus anexos, sem quaisquer ônus adicional, em até 72 horas, depois do recebimento da comunicação escrita por parte da contratante.

- 4.7 **A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.**
- 4.8 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, que não atendam as especificações constantes dos Anexos ou que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

5. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 5.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro (Art. 24, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 5.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, para abertura da sessão pública, e as regras de sua aceitação.
- 5.3 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema (Art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (Art. 24, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.5 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance (Art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.6 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (Art. 24, § 7º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.7 Alternativamente ao disposto no subitem 5.6, o encerramento da sessão pública dar-se-á por decisão do Pregoeiro mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances (Art. 24, § 6º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.8 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de mais vantajosa, para que seja obtida melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação (Art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.9 O Pregoeiro anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

- 5.10 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta **deverá comprovar a situação de regularidade (habilitação), enviando a documentação no mesmo dia, para o Fax (0XX61) 2104 - 9213**, com posterior envio do original ou cópia autenticada, no prazo máximo de 48 horas, no seguinte endereço: **Ministério da Educação, Esplanada dos Ministérios, Bloco "L", Anexo I, 3º Andar, Sala nº 302, CEP: 70.047-900**, com os seguintes dizeres em sua parte externa frontal:

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2008
RAZÃO SOCIAL E CNPJ
PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.11 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia e validade para fins de habilitação e classificação (§ 3º, do Art. 26, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.12 Os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 8 deste Edital.

6. DA DESCONEXÃO

- 6.1 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados. (§ 10 do art. 24 do Decreto nº 5.450/2005).
- 6.2 O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados (§ 10 do art. 24 do Decreto nº 5.450/2005).
- 6.3 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes. (§ 11 do art. 24 do Decreto nº 5.450/2005).

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 7.1 O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas, decidindo sobre aceitação dos preços obtidos.
- 7.2 Na análise da proposta será verificado o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e nos demais Anexos que o integram.
- 7.3 Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das Propostas.
- 7.4 A classificação das propostas será pelo critério de **menor preço global**.

- 7.4.1 Os lances e aceitação da proposta deverão ser ofertados com no máximo duas casas decimais.
- 7.5 Se a proposta ou o lance, de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, ou se a licitante deixar de reenviar a Planilha de composição de custos e formação de preços, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital (Art. 25, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.5.1 Ocorrendo a situação referida no subitem anterior, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.5.2 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do MEC ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 7.6 Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, nos termos da Lei nº 9.317/96 e a sua sucessora Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão adotados os seguintes procedimentos:
- 7.6.1 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
- 7.6.2 Para efeito do disposto no subitem acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.6.2.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 7.6.2.2 Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.6, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.6.2.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no subitem 7.6, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- a) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 7.6, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

- b) O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- c) A microempresa e a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 O licitante vencedor deverá apresentar os documentos que demonstrem atendimento às exigências de habilitação, que são os indicados a seguir:

8.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 8.1.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 8.1.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- 8.1.1.3 Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- 8.1.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2 REGULARIDADE FISCAL

- 8.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- 8.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- 8.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de **Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidões Negativas de Débito** junto ao Estado e Município;
- 8.1.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social-INSS (Certidão Negativa de Débito-CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS (Certificado de Regularidade de Situação), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

8.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.1.3.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.1.3.2 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

a) A boa situação financeira a que se refere o subitem 8.1.3.1, estará comprovada na hipótese de o licitante dispor de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um inteiro), calculado de acordo com a fórmula seguinte:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b) As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que um 01(um) em qualquer dos índices referidos acima, deverão comprovar que possuem capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10 % (dez por cento) do valor estimado para a contratação, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, de acordo com o disposto no Art. 31, § 3º da Lei nº 8.666/93.

c) As empresas que estiverem regularmente cadastradas e parcialmente habilitadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF estarão dispensadas de apresentarem os documentos acima, **COM EXCEÇÃO DO SUBITEM 8.1.3.2, DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA (CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA), com validade de até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição, somente para aquelas que não constar no corpo da certidão o período de validade.**

8.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

8.1.4.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, mediante apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado; § 3º do art. 30 da Lei 8.666/93, constando nos mesmos, referências às parcelas técnicas mais relevantes, assim consideradas:

a) Fornecimento e colocação de divisória, numa única edificação comercial, particular ou pública, em quantidade não inferior a 3.000 m²(três mil metros quadrados).

Obs: A indicação da área de 3.000m² representa por volta de 20 % (vinte por cento) dos quantitativos dos serviços, sendo portanto, uma referência compatível com o objeto. Edificações compostas de blocos, torres ou anexos interligados serão tecnicamente consideradas como "edificações única" para os efeitos do atestado acima referido.

8.1.4.2 Relação explícita e declaração formal de poder disponibilizar instalações, máquinas/equipamentos e pessoal técnico qualificado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto de que trata este Pregão Eletrônico, sob as penas cabíveis, nos termos do § 6º do art. 30 da Lei 8.666/93.

8.2 Os licitantes deverão apresentar ainda:

8.2.1 Declaração nos moldes do Anexo IV da IN do extinto MARE nº 5/95, republicada com alterações no Diário Oficial da União de 19/04/96, de que não há fato impeditivo de sua habilitação, obrigando-se a informar a superveniência de ocorrências posteriores, consoante modelo [Anexo IV](#) deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador legal da licitante, contendo número da identidade do declarante.

8.2.2 Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme disposições contidas na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, de acordo com o [Anexo V](#) deste Edital;

8.2.3 Os documentos necessários à habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados via fax, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico. Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no Edital.

8.2.4 Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.2.5 Serão inabilitadas as empresas que não atenderem às exigências deste item.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 9.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão (Art. 18, do Decreto nº 5.450/05).
- 9.2 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas (Art. 18, §1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 9.3 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame (Art. 18, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 9.4 As impugnações deverão ser apresentadas no protocolo central do MEC, situado na EMI, Bloco "L", Térreo do Edifício Sede, até às 18h do dia em que se encerra o prazo e encaminhadas pela forma eletrônica através do e-mail (cpl@mec.gov.br), a fim de agilizar as respostas.

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 10.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço cpl@mec.gov.br (Art. 19 do Decreto nº 5.450/05).

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (Art. 26, do Decreto nº 5.450/05).
- 11.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (Art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 11.3 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (Art. 26, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 11.4 Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contra-razões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico em formulários próprios, salvo quando não for possível por motivo devidamente comprovado, devendo ser escritos e entregues na em duas vias, originais, e protocolizadas no Protocolo Central do MEC, situado no térreo do Edifício Sede, até às 18h do dia em que se encerra o prazo, devendo, ainda, serem enviadas através do e-mail: cpl@mec.gov.br.

- 11.5 Não serão conhecidos os recursos interpostos sem manifestação prévia, em formulário próprio, no ato da sessão pública, e fora dos respectivos prazos legais, enviados por fax, bem como os que não contiverem a identificação e assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.
- 11.6 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo (Art. 11, XVIII, do Decreto nº 3.555/00).
- 11.7 A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.
- 11.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, Anexo I, 3º Andar, Sala nº 302, em Brasília-DF, nos dias úteis, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1 A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo Pregoeiro e efetivada quando não houver recurso.
- 12.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora, pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso hierárquico, pela própria autoridade competente (Art. 27, caput do Decreto 5.450/05).

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1 Os créditos orçamentários ao atendimento deste Pregão correrão a conta do Orçamento Geral do Ministério da Educação, Programas de Trabalho nº XXXX, Elemento de Despesa nº XXXX.

14. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / LOCAIS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS / PRAZO DE EXECUÇÃO DAS ETAPAS / CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO / VISTORIA

- 14.1 Consoante disposição contida nos **itens 2, 4, 5, 7, 9 e 17 do Termo de Referência**, Anexo I, deste Edital.

15. DO CONTRATO

- 15.1 Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas será lavrado contrato com a adjudicatária, na forma da minuta anexa a este Edital – Anexo III, com vigência até 31 de dezembro de 2008, a partir de sua assinatura.
- 15.2 A execução do contrato, nos termos do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93, será fiscalizada por Servidor da MEC indicado pela Coordenação de Obras e Suporte Técnica – COST/SAA/SE/MEC, designado como Representante da Administração, que anotarà, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com o recebimento dos equipamentos e materiais, e a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará as notas fiscais/ faturas de serviço para fins de pagamento.

- 15.3 As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas que se fizerem necessárias.
- 15.4 A adjudicatária deverá indicar um preposto, aceito pela Administração do MEC, para representá-la na execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 15.5 O MEC convocará a licitante vencedora para assinar o contrato, a qual terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.
- 15.6 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.
- 15.7 Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.
- 15.8 Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, a Administração convocará a segunda empresa classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, obedecido ao disposto nos incisos XXII e XXIII, do Art. 11, do Decreto nº 3.555/00, alterado pelo Decreto nº 3.693/00 e § 2º, do Art. 64, da Lei nº 8.666/93.
- 15.9 A empresa vencedora prestará garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, em uma das modalidades previstas no Parágrafo 2º, do Art. 56, da Lei nº 8.666/93.
- 15.10 A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
- 15.11 O recebimento dos bens e serviços será efetuado de conformidade com o estabelecido no Termo de Referência, observando-se, para tanto, as disposições contidas no art. 73 c/c o § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.
- 15.12 A contratada responderá solidariamente com os fornecedores (fabricante, produtor ou importador) dos equipamentos e materiais objeto deste Pregão, pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que os torne impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas a variações decorrentes de sua natureza.
- 15.13 A contratada estará obrigada a substituir o equipamento/material/serviço que se encontra com vício, no prazo máximo de 72 horas, a contar da data do recebimento da notificação, por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, observando, fielmente, as características dos equipamentos e materiais exigidas neste Edital e seus anexos.
- 15.14 O disposto neste subitem não se aplica à licitante convocada nos termos do Art. 64, § 2º da Lei nº 8.666/93, que não aceitar a contratação nas

mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e ao preço.

- 15.15 A Administração, devidamente representada na forma dos subitens anteriores, poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, sem ônus para o MEC, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, neste Edital, seus anexos, e no contrato a ser firmado.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1 O pagamento será efetuado mensalmente, por meio de ordem bancária para crédito em conta da CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, discriminando os serviços efetivamente executados, devidamente atestada pelo Fiscal do CONTRATO, e, ainda, dos comprovante de recolhimento dos encargos sociais e, quando for o caso, das multas aplicadas.
- 16.2 No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais da habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (Art. 27, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).
- 16.3 No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios de 0,5 % ao mês, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, calculados "pro rata tempore", sobre o valor da nota fiscal/fatura.
- 16.4 Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei n.º 9.430, de 27/12/96, Lei n.º 9.718, de 27/11/98, e IN/SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, alterada pelas IN nº 539, de 25/04/2005 e nº 706, de 09/01/2007, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira da CONTRATANTE reterá na fonte, o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a Contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar à CONTRATADA, se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, de que trata a IN SRF nº 79, de 01/08/00.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, ou nos Sistemas de Cadastramento de Fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

- 17.2 Pelo atraso injustificado na execução do objeto da licitação; pela recusa de assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, sem prejuízo das demais sanções regulamentares previstas, o contratado estará sujeito à aplicação de multa de mora, no percentual de 1% (um por cento), calculada sobre o valor total do objeto do Pregão Eletrônico, por dia de inadimplência, até o limite de 10 dias, quando, então, incidirá em outras cominações legais.
- 17.3 Pela inexecução total ou parcial dos serviços objeto da licitação, sem prejuízo das demais sanções regulamentares previstas, o contratado estará sujeito à multa compensatória, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, respeitados os direitos do contraditório e da ampla defesa.
- 17.4 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo MEC.
- 17.5 Os valores das multas de mora poderão ser descontadas da garantia contratual e/ou da Nota Fiscal, no momento do pagamento ou de créditos existentes no MEC em relação à Contratada, na forma da lei, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório.
- 17.6 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Subsecretário da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, devidamente justificado.
- 17.7 Pela inexecução total ou parcial do objeto da presente licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- 17.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 17.9 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 17.10 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação, do Pregoeiro em contrário.

- 18.2 Esta licitação poderá ser revogada por interesse da Administração do MEC, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que as licitantes tenham direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no Art. 18, do Decreto nº 3.555/00.
- 18.3 Qualquer modificação no presente EDITAL será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta (Art. 20, Parágrafo único, do Decreto nº 5.450/05).
- 18.4 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 18.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 18.6 Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 18.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a realização do serviço pela Administração.
- 18.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal.
- 18.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.
- 18.10 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação (Art. 5º, Parágrafo único, do Decreto nº 5.450/05).
- 18.11 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste certame.
- 18.12 Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas e suprimidas pela CPL/SAA/SE/MEC, situada na sala no 302, 3o andar - Anexo I - Bloco "L", Esplanada dos Ministérios - Ministério da Educação - MEC, ou pelos telefones 2104-8244 e/ou fax no 2104-9213, em Brasília DF, por intermédio da COST/CGRL/SAA/SE/MEC.
- 18.13 O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação serão divulgados mediante publicação de notas na página web, no endereço www.mec.gov.br, opção "Licitações", ficando as licitantes obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

19. DO FORO

19.1 O Foro é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Pregão.

Brasília, 26 fevereiro de 2008.

SEVERINO BATISTA DE ALMEIDA JR.
Pregoeiro



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2008

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Execução de serviços de fornecimento, montagem, remanejamento e reparo de divisórias, armários, guichês e prateleiras, com fornecimento de materiais, inclusive ferragens, visando à complementação de serviços e materiais existentes nas dependências internas dos edifícios da administração direta do Ministério da Educação, em Brasília-DF.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Especificações técnicas e descrição dos serviços relativos ao objeto:

Item	Descrição	Un.	Quant.
2.1	Fornecimento e montagem de divisórias removíveis, estruturadas em perfis de aço com pintura em epóxi, cor preto fosco, com painéis de 1,25 m de largura por 2,40 m de altura, espessura de 60 mm, revestidos em ambas as faces com laminado melamínico texturizado, cor branca, com miolo tipo colméia, como as existentes nos <u>Edifícios Anexos</u> , incluindo todas as guarnições e acabamentos necessários.	m ²	200,0
2.2	Fornecimento e montagem de divisórias removíveis, estruturadas em perfis de aço com pintura em epóxi, cor preto fosco, com painéis de 1,25 m de largura por 2,40 m de altura, espessura de 60 mm, sendo cada um com 1/2 de painel revestido em ambas as faces com laminado melamínico texturizado, cor branca, com miolo tipo colméia e 1/2 de vidro liso incolor 4 mm, como as existentes nos <u>Edifícios Anexos</u> , incluindo todas as guarnições e acabamentos necessários.	m ²	200,0

2.3	Fornecimento e montagem de divisórias removíveis estruturadas com perfis, montantes e rodapés de aço, com pintura epóxi nas cores preto fosco ou cinza, rodapés duplos para passagem de fiação, com painéis cegos nas medidas de 1,25 m de largura e altura entre 1,25 e 3,0 m, revestidos em ambas as faces com laminado melamínico texturizado, nas cores <i>Areia Jundiáí, Argila, Branco</i> ou <i>Cinza</i> , com miolo tipo colméia, como as existentes no <u>Edifício Sede</u> , incluindo todas as guarnições e acabamentos necessários.	m ²	2.000,0
2.4	Fornecimento e montagem de divisórias removíveis, estruturadas com perfis, montantes e rodapés de aço, com pintura epóxi na cor preto fosco ou cinza, rodapés duplos para passagem de fiação, com painéis cegos nas medidas de 1,25 m de largura e altura entre 1,60 e 3,0 m, sendo cada um com 2/3 de painel cego, revestidos em ambas as faces com laminado melamínico texturizado, nas cores <i>Areia Jundiáí, Argila, Branco</i> ou <i>Cinza</i> , com miolo tipo colméia, e 1/3 de vidro liso incolor 4 mm, como as existentes no <u>Edifício Sede</u> , incluindo todas as guarnições e acabamentos necessários.	m ²	1.000,0
2.5	Fornecimento e montagem de divisórias removíveis, estruturadas em perfis de aço, com painéis cegos do piso ao teto, com modulação de 0,80 m de largura, com a espessura de 60 mm, sendo as faces fechadas com compensado de 4 mm de espessura, cobertas com aglomerado de 15 mm revestido em tecido sintético Lerma ou similar, da mesma cor e padrão do já aplicado no Gabinete do Ministro, <u>Edifício Sede</u> .	m ²	50,0
2.6	Serviços de revisão, ajustes e fixação de painéis e componentes para as divisórias e painéis descritos no Item 2.5	m ²	50,0
2.7	Fornecimento e aplicação de tratamento acústico com espuma plástica de poliuretano 30 mm, aplicada entre divisórias duplas, devendo ter na parte superior e inferior vedação com borracha esponjosa de 75x5 mm.	m ²	180,0
2.8	Serviços de desmontagem de divisórias do tipo especificado nos itens 2.3, 2.4 e do tipo c/ perfil de alumínio, existente no <u>Edifício Sede</u> .	m ²	4.000,0
2.9	Serviços de desmontagem de divisórias do tipo especificado nos itens 2.1, 2.2, <u>Edifícios Anexos</u> e Item 2.5, <u>Edifício Sede</u> .	m ²	2.000,0
2.10	Serviços de montagem de divisórias do tipo especificado nos itens 2.3, 2.4 e do tipo c/ perfil de alumínio, existente no Edifício Sede.	m ²	1.300,0
2.11	Serviços de montagem de divisórias do tipo especificado nos itens 2.1, 2.2, Edifícios Anexos e Item 2.5, Edifício Sede.	m ²	1.000,0
2.12	Desmontagem de armários do tipo especificado no item 2.18 e das outras unidades já em uso pelo MEC.	m ²	250,0
2.13	Montagem de armários do tipo especificado no item 2.18 e das outras unidades já em uso pelo MEC.	m ²	250,0

2.14	Desmontagem ou montagem de tubos do tipo especificado no item 2.26	m	300,0
2.15	Confecção de guichês, com janela de vidro liso incolor 4mm e portas em laminado texturizado nas cores <i>Areia Jundiá</i> , <i>Argila</i> , <i>Branco</i> ou <i>Cinza</i> , com fechadura e trinco, conforme modelos existentes nos edifícios administrados pelo MEC, nas medidas de 1,25 m x 2,11 m.	Un	10,0
2.16	Fornecimento e instalação de conjunto de ferragens completo para portas, constando de dobradiças 85 mm / 3 ½ ” (cinza ou preto) e fechadura tubular com chave externa e botão interno, acabamento preto ou cromado, seguindo o padrão das peças já instaladas no MEC.	Un	50,0
2.17	Fornecimento e instalação de portas, confeccionadas em material de mesmo padrão das divisórias no local onde forem instaladas. Medidas conforme vão existente.	m ²	100,0
2.18	Fornecimento e instalação de armários em laminado melamínico texturizado, com painel de fundo de 4 mm, medidas conforme projeto a ser fornecido pelo MEC, cor <i>Argila</i> ou similar, estruturado em aglomerado de alta densidade (MDF), laminado em ambas as faces, com prateleiras removíveis, gavetas e portas com fechaduras. Puxadores metálicos. Detalhes de acabamento em PVC. Dobradiças Plastipar AM 2000 ou estritamente similares.	m ²	120,0
2.19	Fornecimento de prateleiras para reposição nos armários existentes nos edifícios do MEC, confeccionadas em <i>MDF</i> espessura 35 mm, revestidas em laminado melamínico texturizado, cor a escolher, com arremate frontal em PVC.	m ²	75,0
2.20	Fornecimento de perfis de alumínio anodizado, na cor natural ou aço com pintura epóxi preto fosco - <u>montante duplo</u> .	m	30,0
2.21	Fornecimento de perfis de alumínio anodizado, na cor natural ou aço com pintura epóxi preto fosco - <u>guia de teto</u> , <u>batente</u> ou <u>requadro</u> .	m	75,0
2.22	Fornecimento de perfis de alumínio anodizado, na cor natural ou aço com pintura epóxi preto fosco - <u>rodapés</u> ou <u>travessas</u> .	m	75,0
2.23	Fornecimento de perfis de alumínio anodizado, na cor natural ou aço com pintura epóxi preto fosco - <u>porta baguete</u> .	m	30,0
2.24	Fornecimento de perfis de alumínio anodizado, na cor natural ou aço com pintura epóxi preto fosco - <u>baguete</u> .	m	30,0
2.25	Fornecimento de perfis de alumínio anodizado, na cor natural ou aço com pintura epóxi preto fosco - <u>suportes para rodapés</u> .	un	30,0
2.26	Fornecimento de perfis de aço com pintura epóxi, cores <i>preto fosco</i> ou <i>cinza claro semifosco</i> - <u>tubo retangular com secção de 80 x 40 mm</u> .	m	350,0

2.27	Fornecimento e aplicação de revestimento melamínico (fórmica) em mobiliário e em parede, em substituição a revestimento original danificado, inclusive retirada do antigo e preparação da superfície, motivado por mudanças de layout de divisórias.	m ²	75,0
2.28	Fornecimento e instalação de suportes correções para pastas suspensas, em aço, com pintura epóxi preto fosco.	Un	50,0

3. JUSTIFICATIVA DOS SERVIÇOS

- 3.1 A manutenção solicitada visa atender as demandas originadas das Secretarias do MEC e suas Unidades Administrativas, com a finalidade de adequar seus ambientes de trabalho, quanto ao número de funcionários e métodos de trabalho, separando suas atividades, bem como para substituição de materiais de acabamento por outros com maiores facilidades de conservação;
- 3.2 O Ministério não possui em suas dependências os materiais, as ferramentas, nem os profissionais que reúnam as condições necessárias para execução adequada desses serviços.

4. LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Os serviços deverão ser prestados nas dependências dos edifícios administrados pelo Ministério da Educação em Brasília - DF, sendo:

- Edifícios Sede e Anexos I e II, situados na Esplanada dos Ministérios, Bloco "L";
- Conselho Nacional de Educação - CNE, situado no SGAS 607 Lote 50;
- CETREMEC, situado no SGAS 604 Lote 28;
- Garagem e Arquivos do MEC, situados no Setor de Garagens Ministeriais - Via N.3 - Bloco "A";
- Depósito da CGRL/SAA/MEC, situado no S I A Trecho 3, Lote 1240;

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1 Preferencialmente, os serviços serão realizados em horário normal de trabalho do MEC. Porém, eventualmente, por questões administrativas poderão ser executados fora desse horário, **em períodos noturnos ou em finais de semana**, conforme as necessidades do Ministério, arcando a Contratada com o ônus dessa situação;
- 5.2 A execução dos serviços se dará de maneira parcelada, conforme solicitações do Contratante, por meio de **Autorizações de Serviço**, a serem emitidas pela Fiscalização;

- 5.3 Os quantitativos apresentados neste Termo de Referência são aproximados, resultado da soma dos pedidos solicitados pelos órgãos em exercícios anteriores, acrescidos de projeções de utilização para o transcorrer do ano, podendo ser totalmente executados ou não, conforme a demanda por serviços.

6. GARANTIA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS E MATERIAIS FORNECIDOS

- 6.1 A Contratada deverá dar garantia dos serviços executados, contra todos os defeitos, vícios e falhas de execução e funcionamento, considerando-se as condições normais de uso, por um período de no mínimo **1 (um) ano**, a partir da data de conclusão da **Autorização de Serviços** correspondente, comprometendo-se a adotar as medidas corretivas pertinentes no prazo de 72 horas da notificação feita pelo Contratante, sob pena das sanções previstas em lei e/ou no termo contratual.

7. PRAZOS DE EXECUÇÃO DAS ETAPAS

- 7.1 A Contratada deverá obedecer aos seguintes prazos para atendimento, contados a partir do recebimento da **Autorização de Serviço** aprovada:

Serviços e materiais relativos a divisórias:

- ▶ até 50,00 m² prazo de 7 (sete) dias corridos;
- ▶ entre 50,00 e 250,00 m² prazo de 15 (quinze) dias corridos;
- ▶ acima de 250,00 m²prazo de 25 (vinte e cinco) dias corridos.

Serviços e materiais relativos a armários:

- ▶ até 60,00 m² prazo de 10 (dez) dias corridos;
- ▶ entre 60,00 e 120,00 m² prazo de 20 (vinte) dias corridos;
- ▶ acima de 120,00 m²prazo de 30 (trinta) dias corridos.

8. FISCALIZAÇÃO

- 8.1 A Fiscalização dos serviços se dará por meio de servidor do MEC indicado pela Coordenação de Obras e Suporte Técnico – COST/SAA/SE/MEC, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 9.1 Após concluídos os serviços serão **recebidos provisoriamente** pela fiscalização mediante assinatura, em formulário próprio, do autor da solicitação dos serviços.
- 9.2 Quando da realização das medições e caso a Contratada tenha solucionado, se for o caso, as pendências observadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, os serviços serão **recebidos definitivamente** pela fiscalização por meio de anotação em registro próprio.

10. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

- 10.1 Os serviços serão faturados em parcelas mensais, através do somatório das **medições** das Autorizações de Serviço previamente aprovadas e efetivamente concluídas.
- 10.2 O pagamento será feito em parcelas mensais, por meio de Ordem Bancária, após o recebimento dos serviços efetivamente executados, mediante “**atesto**” em Nota Fiscal da Empresa, firmado pelo Fiscal responsável pelo acompanhamento dos serviços.

11. PRAZOS PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 11.1 O prazo para execução dos serviços a que se refere este Termo de Referência terá início com a assinatura do respectivo Contrato, vigorando até 31 de dezembro de 2.008, conforme a Legislação em vigor.

12. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 12.1 A contratada será a **responsável pela limpeza** do local onde ocorrerão os serviços, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis a locais designados pela fiscalização;
- 12.2 Os materiais considerados como não aproveitáveis e o entulho serão recolhidos em recipientes apropriados, descartando-os em locais indicados pelo GDF, sem criar constrangimentos para o MEC, sob responsabilidade da Contratada;
- 12.3 A contratada deverá retirar e fixar novamente as **placas de identificação das salas**, sempre que necessário em decorrência das alterações na posição das divisórias. Para efetivação desse procedimento deverá sempre consultar previamente a fiscalização;
- 12.4 Será de responsabilidade da contratada a fixação das grelhas de retorno de ar condicionado instaladas nas portas das salas quando, em decorrência das modificações, essas portas forem substituídas por outras;
- 12.5 Em decorrência da necessidade de manter a qualidade do ar condicionado e a normalidade dos trabalhos nos ambientes próximos aos locais sob intervenção, **o corte e ajuste de peças e componentes de divisórias**, com uso de ferramentas que causem ruídos (serra), que deixem sujeira (pó, serragem) e emanem cheiros fortes (cola, pintura), **deverá ser executado em espaço específico para tal finalidade, a ser indicado pela fiscalização;**

- 12.6 Será necessário que a contratada sinalize ou isole (conforme o caso) convenientemente o local, ou a área de trabalho, objetivando dar segurança aos seus funcionários, aos servidores do MEC ou a terceiros, bem como adotar todas as medidas preventivas de acidentes recomendadas pela legislação vigente;
- 12.7 Em nenhuma hipótese será permitido que os funcionários da Empresa Contratada deixem de usar os Equipamentos de Proteção Individual - (EPI's) - requeridos para o desempenho das atividades contratadas;
- 12.8 Programar junto com a Fiscalização todos os trabalhos que afetem as atividades do Ministério ou que possam prejudicar os andamentos dos seus trabalhos normais, sendo que em alguns casos só poderão ser realizados em horários noturnos ou finais de semana;
- 12.9 Designar "Preposto", aceito pelo Ministério da Educação, durante o período de vigência do CONTRATO, para representá-la e para o gerenciamento da execução dos trabalhos.

13. OBRIGAÇÕES DO MEC

- 13.1 Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;
- 13.2 Efetuar o pagamento na forma convencionada;
- 13.3 Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento;
- 13.4 Propiciar a Contratada o acesso aos locais onde os serviços serão executados, em horário adequado e no tempo necessário para o seu cumprimento;
- 13.5 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de servidor da Coordenação de Obras e Suporte Técnico/CGRL/SAA/SE/MEC, designado como Representante da Administração, que atestará as Notas Fiscais/Faturas dos serviços, para fins de pagamento.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

- 14.1 Dar integral cumprimento ao presente Termo de Referência, à Legislação vigente, a todas as Normas pertinentes, à sua Proposta, bem como às necessidades e orientações do próprio Ministério;
- 14.2 Usar pessoal próprio, contratado sob a sua inteira responsabilidade, capacitado, orientado e treinado, para, sob a sua supervisão direta, executar os serviços em condições de segurança e com qualidade;
- 14.3 Para tanto, recrutar os funcionários necessários à execução dos serviços em seu nome, arcando com todos os encargos decorrentes da contratação, inclusive transporte e alimentação;

- 14.4 Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, em boas condições de higiene, segurança e identificados com crachás. Manter sempre os locais de trabalho limpos;
- 14.5 Responder pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o Ministério da Educação, em razão de acidentes ou de ação ou omissão dolosa ou culposa de seus funcionários ou de quem estiver credenciado a agir em seu nome;
- 14.6 Fornecer produtos e serviços de primeira qualidade, conforme as orientações contidas neste Termo de Referência. Não serão toleradas adaptações com materiais e/ou técnicas inadequados;
- 14.7 Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para o MEC, devendo, para tanto programar seus serviços junto com a Fiscalização;
- 14.8 Não sub-empregar parcial ou globalmente os serviços;
- 14.9 Fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, apropriados para o exercício das atividades profissionais, como os exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - SSMT/MTbE;
- 14.10 Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as Normas de segurança, prevenção de acidentes e incêndios no desempenho de cada etapa das funções específicas;
- 14.11 Observar o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 14.12 Acatar todas as exigências do Ministério da Educação, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 14.13 Executar as tarefas por meio de mão-de-obra especializada, estando todos os funcionários da Empresa cientes das normas técnicas que regem a atividade;
- 14.14 A responsabilidade da Contratada pela execução dos serviços não será reduzida, ou alterada em decorrência da existência da fiscalização do Contratante. Deverá ser, antes, entendida como uma parceria responsável e de colaboração.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 15.1 Apresentação de 1(um) ou mais **Atestados de Capacidade Técnica**, emitidos em **seu nome**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de serviços pertinentes e compatíveis com os do objeto, no(s) qual(is) constem referências às parcelas de maior relevância técnica dos serviços, assim consideradas:
 - a) ***Fornecimento e colocação de divisórias, numa única edificação comercial, particular ou pública, em quantidade não inferior a 3.000 m² (três mil metros quadrados).***

Obs.: A indicação da área de 3.000 m² representa por volta de 20 % (vinte por cento) dos quantitativos dos serviços, sendo portanto, uma referência compatível com o objeto. Edificações compostas de blocos, torres ou anexos interligados serão tecnicamente consideradas como “edificação única” para os efeitos do atestado acima referido.

- 15.2 Apresentação da relação explícita e a declaração formal de disponibilidade dos equipamentos, ferramental, instalações físicas apropriadas e pessoal técnico especializado, para realização dos serviços do objeto, conforme preceitua o § 6º do Art. 30 da Lei 8666/93.

16. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- 16.1 Apresentação pela licitante de comprovação de possuir capital social mínimo integralizado à data de licitação de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

17. VISTORIA TÉCNICA

- 17.1 Recomenda-se que a licitante realize uma **minuciosa** vistoria nos locais onde serão desenvolvidos os serviços, para conhecimento das condições ambientais e técnicas. Essa vistoria, conjuntamente com o Termo de Referência, subsidiará o levantamento quantitativo de material e da mão-de-obra necessários à elaboração da proposta, não cabendo alegação posterior, sob qualquer hipótese, de desconhecimento dos serviços e materiais. Recomenda-se que a vistoria técnica seja efetuada por um técnico especializado no assunto.
- 17.2 A licitante deverá realizar a vistoria, preferencialmente, durante o prazo cujo final antecede em 3 (três) dias a data da licitação. Deverão ser vistoriados os locais mencionados no Item 4. A vistoria deverá ser marcada previamente pela licitante, em horário de expediente normal do MEC, após leitura minuciosa do Edital (inclusive o **Termo de Referência**), pelo fone (61) 2104-8566 e será acompanhada por profissional habilitado e designado pela Coordenação de Obras e Suporte Técnico/CGRL/SAA/SE/MEC, recebendo em seguida a Declaração de Vistoria, conforme modelo em anexo.
- 17.3 Face ao vulto dos serviços e da necessidade da Coordenação de Obras e Suporte Técnico/CGRL/SAA/SE/MEC de dispor de tempo hábil para dirimir possíveis dúvidas após a vistoria, as quais deverão ser repassadas a todos os interessados, solicita-se que a vistoria seja realizada no prazo acima determinado.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 Todos os trabalhos deverão ser executados por mão de obra especializada e qualificada para tal, de acordo com as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como outras normas pertinentes ao objeto deste Termo de Referência, além de recomendações do próprio Ministério;

- 18.2 Os serviços serão executados concomitantemente com o funcionamento deste Ministério, portanto a Contratada deverá programar, junto com a Fiscalização, os horários de sua realização, de forma a produzir o máximo de resultados e o mínimo de transtorno para o MEC;
- 18.3 As ferragens das portas (dobradiças e fechaduras) deverão seguir rigidamente as especificações, para que se dê continuidade à uniformização das mesmas em relação às já existentes nos prédios do MEC;
- 18.4 A Contratada ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados neste Termo de Referência, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se;
- 18.5 Os serviços rejeitados, devido a uso de materiais não especificados e/ou considerados mal executados, deverão ser refeitos corretamente, com o tipo de execução e o uso de materiais aprovados pela Fiscalização, arcando a Contratada com os ônus decorrentes do fato;
- 18.6 A Contratante poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da Contratada que venha a causar embaraço, ou adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas;
- 18.7 Todas as etapas dos serviços involuntariamente não explícitas neste Termo de Referência, mas necessárias à execução total dos serviços e ao perfeito acabamento, serão de responsabilidade da Contratada;
- 18.8 Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas e suprimidas pela CPL/SAA/SE/MEC por meio da Coordenação de Obras e Suportes Técnicos/CGRL/SAA/SE/MEC, situada na sala nº 311, 3º andar - Anexo II - Bloco "L", Esplanada dos Ministérios - Ministério da Educação - MEC, ou pelos telefones 2104-8566 e/ou fax nº 2104-9327, em Brasília DF;
- 18.9 A simples apresentação de proposta indica e fica assim entendido que a Empresa dá plena concordância a todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 18.10 A Contratada responderá solidariamente com os fornecedores (fabricante, produtor ou importador) dos materiais objeto deste Termo de Referência, pelos vícios de qualidade e/ ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou que lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes de inconformidade com as indicações constantes da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza.

19. ESTIMATIVA DO VALOR

R\$ 603.449,00 (Seiscentos e três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais), conforme Planilha Estimativa de Custos anexa.

20. PENALIDADES

A Contratada que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, e se for o caso, no Art. 7º da Lei 10.520/02.

21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Dotação Orçamentária será por conta do Programa de Trabalho/PTRES001710, Elemento de Despesa 339039.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2008

ANEXO II

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item	Descrição	Un.	Quant.	Preço Unitário	Preço Parcial
1	Fornecimento e montagem de divisórias removíveis, estruturadas em perfis de aço com pintura em epóxi, cor preto fosco, com painéis de 1,25 m de largura por 2,40 m de altura, espessura de 60 mm, revestidos em ambas as faces com laminado melamínico texturizado, cor branca, com miolo tipo colméia, como as existentes nos Edifícios Anexos, incluindo todas as guarnições e acabamentos necessários.	m ²	400		
2	Fornecimento e montagem de divisórias removíveis, estruturadas em perfis de aço com pintura em epóxi, cor preto fosco, com painéis de 1,25 m de largura por 2,40 m de altura, espessura de 60 mm, sendo cada um com 1/2 de painel revestido em ambas as faces com laminado melamínico texturizado, cor branca, com miolo tipo colméia, e 1/2 de vidro liso incolor 4 mm, como as existentes nos Edifícios Anexos, incluindo todas as guarnições e acabamentos necessários.	m ²	250		
3	Fornecimento e montagem de divisórias removíveis estruturadas com perfis, montantes e rodapés de aço, com pintura epóxi nas cores preto fosco ou cinza, rodapés duplos para passagem de fiação, com painéis cegos nas medidas de 1,25 m de largura por altura entre 1,25 e 3,0 m, revestidos em ambas as faces com laminado melamínico texturizado, nas cores Areia Jundiá, Argila, Branco ou Cinza, com miolo tipo colméia, como as existentes no Edifício Sede, incluindo todas as guarnições e acabamentos necessários.	m ²	2500		

4	Fornecimento e montagem de divisórias removíveis, estruturadas com perfis, montantes e rodapés de aço, com pintura epóxi na cor preto fosco ou cinza, rodapés duplos para passagem de fiação, com painéis cegos nas medidas de 1,25 m de largura por altura entre 1,60 e 3,0 m, sendo cada um com 2/3 de painel cego, revestidos em ambas as faces com laminado melamínico texturizado, nas cores Areia Jundiá, Argila, Branco ou Cinza, com miolo tipo colméia, e 1/3 de vidro liso incolor 4 mm, como as existentes no Edifício Sede, incluindo todas as guarnições e acabamentos necessários,	m ²	800		
5	Fornecimento e montagem de divisórias removíveis, estruturadas em perfis de aço, com painéis cegos do piso ao teto, com modulação de 0,80 m de largura, com a espessura de 60 mm, sendo as faces fechadas com compensado de 4 mm de espessura, cobertas com aglomerado de 15 mm revestido em tecido sintético Lerma ou similar, da mesma cor e padrão do já aplicado no Gabinete do Ministro, Ed. Sede	m ²	100		
6	Serviços de revisão, ajustes e fixação de painéis e componentes para as divisórias e painéis descritos no Item 2.5	m ²	200		
7	Fornecimento e aplicação de tratamento acústico com espuma plástica de poliuretano 30 mm, aplicada entre divisórias duplas, devendo ter na parte superior e inferior vedação com borracha esponjosa de 75x5 mm.	m ²	200		
8	Serviços de desmontagem de divisórias do tipo especificado nos itens 2.3, 2.4 e do tipo c/ perfil de alumínio, existente no Edifício Sede.	m ²	4000		
9	Serviços de desmontagem de divisórias do tipo especificado nos itens 2.1, 2.2, Edifícios Anexos e Item 2.5, Edifício Sede.	m ²	2500		
10	Serviços de montagem de divisórias do tipo especificado nos itens 2.3, 2.4 e do tipo c/ perfil de alumínio, existente no Edifício Sede.	m ²	3000		
11	Serviços de montagem de divisórias do tipo especificado nos itens 2.1, 2.2, Edifícios Anexos e Item 2.5, Edifício Sede.	m ²	2500		
12	Desmontagem de armários do tipo especificado no item 2.18 e das outras unidades já em uso pelo MEC.	m ²	500		
13	Montagem de armários do tipo especificado no item 2.18 e das outras unidades já em uso pelo MEC.	m ²	500		
14	Desmontagem ou montagem de tubos do tipo especificado no item 2.26	m	300		
15	Confecção de guichês, com janela de vidro liso incolor 4mm e portas em laminado texturizado nas cores Areia Jundiá, Argila, Branco ou Cinza, com fechadura e trinco, conforme modelos existentes nos edifícios administrados pelo MEC, nas medidas de 1,25 m x 2,11 m.	Un	15		

16	Fornecimento e instalação de conjunto de ferragens completo para portas, constando de dobradiças 85 mm / 3 ½ " (cinza ou preto) e fechadura tubular com chave externa e botão interno, acabamento preto ou cromado, seguindo o padrão das peças já instaladas no MEC.	Un	50		
17	Fornecimento e instalação de portas, confeccionadas em material de mesmo padrão das divisórias no local onde forem instaladas. Medidas conforme vão existente.	m ²	100		
18	Fornecimento e instalação de armários em laminado melamínico texturizado, com painel de fundo de 4 mm, medidas conforme projeto, cores a escolher conforme disponibilidade, estruturado em aglomerado de alta densidade (mdf), laminado em ambas as faces, com prateleiras removíveis, gavetas e portas com fechaduras. Puxadores metálicos. Detalhes de acabamento em PVC. Dobradiças Plastipar AM 2000 ou estritamente similares.	m ²	150		
19	Fornecimento de prateleiras para reposição nos armários existentes nos edifícios do MEC, confeccionadas em mdf espessura 35 mm, revestidas em laminado melamínico texturizado, cor a escolher, com arremate frontal em PVC.	m ²	100		
20	Fornecimento de perfis de alumínio anodizado, na cor natural ou aço com pintura epóxi preto fosco - <u>montante duplo</u> .	m	30		
21	Fornecimento de perfis de alumínio anodizado, na cor natural ou aço com pintura epóxi preto fosco - guia de teto, batente ou requadro	m	100		
22	Fornecimento de perfis de alumínio anodizado, na cor natural ou aço com pintura epóxi preto fosco - rodapés ou travessas	m	80		
23	Fornecimento de perfis de alumínio anodizado, na cor natural ou aço com pintura epóxi preto fosco - porta baguete.	m	30		
24	Fornecimento de perfis de alumínio anodizado, na cor natural ou aço com pintura epóxi preto fosco - baguete.	m	30		
25	Fornecimento de perfis de alumínio anodizado, na cor natural ou aço com pintura epóxi preto fosco - suportes para rodapés.	m	30		
26	Fornecimento de perfis de aço com pintura epóxi, cores preto fosco ou cinza claro semifosco - tubo retangular com secção de 80 x 40 mm.	m	350		
27	Fornecimento e aplicação de revestimento melamínico (fórmica) em mobiliário e em parede, em substituição a revestimento original danificado, inclusive retirada do antigo e preparação da superfície, motivado por mudanças de layout de divisórias.	m	150		
28	Fornecimento e instalação de suportes corrediços para pastas suspensas, em aço, com pintura epóxi preto fosco.	un	50		
T O T A L					

Obs. Taxa de B.D.I. inclusa nos preços unitários.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2008

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº XX /2008 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA
PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, POR
INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO
GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS E
A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.**

Aos xxxx dias do mês de xxxxx do ano de **dois mil e oito**, nesta cidade de Brasília-DF, a **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**, por intermédio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos - **CGRL**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - **CNPJ** sob o nº **00.394.445/0030-38**, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "L", Anexo II, 3º andar, em Brasília - DF, neste ato representada pelo seu Coordenador Geral, **ANTONIO LEONEL DA SILVA CUNHA**, brasileiro, casado, RG nº 8021783546, expedida pela SSP/RS e do CPF/MF nº 141.612.730-53, residente nesta Capital, nomeado pela Portaria nº 339, de 12 de abril de 2007, do Ministro de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2007, consoante delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 40, de 17 de fevereiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 20 de fevereiro de 2006, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXXX**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ** sob o nº **xx.xxx.xxx/xxxx-xx**, sediada na xxxxxxxxxxxxxxxx neste ato representada pelo seu xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, profissão, **RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx** SSP/xx, **CPF/MF nº xxx.xxx.xxx-xx**, residente e domiciliado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em Brasília- DF, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº xx/2007**, **Processo nº 23000.027111/2007-43**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por menor preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho 2002, Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos nºs 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1997, Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, e demais legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato a execução de serviços de fornecimento, montagem, remanejamento e reparo de divisórias, armários, guichês e prateleiras, com fornecimento de materiais, inclusive ferragens, visando à complementação de serviços e materiais existentes nas dependências internas dos edifícios da administração direta do Ministério da Educação, em Brasília – DF, durante o exercício de 2008, conforme as especificações constantes do Termo de Referência, Planilha Orçamentária, Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2007** e da proposta da **CONTRATADA**, que são partes integrantes deste instrumento, como se nele transcritos estivessem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS LOCAIS E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços de que trata a Cláusula Primeira, serão executados nas dependências dos seguintes prédios:

- Edifícios Sede e Anexos I e II, situados na Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”;
- Conselho Nacional de Educação - CNE, situado no SGAS 607 Lote 50;
- CETREMEC, situado no SGAS 604 Lote 28;
- Garagem e Arquivos do MEC, situados no Setor de Garagens Ministeriais - Via N.3 - Bloco “A”;
- Depósito da CGRL/SAA/MEC, situado no S I A Trecho 3, Lote 1240;

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A execução dos serviços será feita de forma parcelada, solicitada por meio de “Autorização de Serviços”, emitidas pelo Representante da Administração e autorizadas pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Proporcionar à **CONTRATADA** o acesso aos locais onde serão executados os serviços, em horário adequado, e no tempo necessário para o seu cumprimento;
2. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste **CONTRATO**;
3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA**;
4. Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da **CONTRATADA** que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções;

5. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela **CONTRATADA**;
7. Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;
8. Acompanhar e fiscalizar a execução do **CONTRATO**, por servidor da Coordenação de Obras e Suporte Técnico/CGRL/SAA/MEC especificamente designado por Portaria do Subsecretário de Assuntos Administrativos, que emitirá relatórios sobre a realização dos serviços e atestará o seu adequado cumprimento para fins de pagamento, incumbindo-lhe, ainda, propor a aplicação de sanções, quando couber;
9. Tornar disponível as instalações e os equipamentos necessários à execução dos serviços, quando for o caso;
10. Recusar, com a devida justificativa, qualquer serviço prestado fora das especificações estabelecidas no Termo de Referência;
11. Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e
12. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

1. Dar integral cumprimento ao Termo de Referência, à Planilha Orçamentária, ao Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2007 e à sua proposta;
2. Comunicar à **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução dos serviços;
3. Recrutar os empregados necessários à execução do objeto contratado, sendo capacitados, orientados e treinados, para, sob a sua supervisão direta, executar os serviços em condições de segurança e com qualidade;
4. Dar **garantia** dos serviços executados, contra todos os defeitos vícios e falhas de execução e funcionamento, considerando-se as condições normais de uso, por um período de no **mínimo de 01 (um) ano**, a partir da data de conclusão da Autorização de Serviços correspondente, comprometendo-se a adotar as medidas corretivas pertinentes no prazo de 72 horas da notificação feita pela **CONTRATANTE**, sob pena das sanções previstas em lei;

5. Fornecer produtos e serviços de primeira qualidade, não sendo aceito sob nenhuma hipótese, adaptações com materiais e/ou técnicas inadequadas;
6. As ferragens das portas (dobradiças e fechaduras) deverão seguir rigidamente as especificações, para que se dê continuidade à uniformização das mesmas em relação às já existentes nos prédios do MEC;
7. Cumprir, rigorosamente, os prazos estabelecidos no item 7 do Termo de Referência, que serão contados a partir da data do recebimento da Autorização de Serviços;
8. A responsabilidade da Contratada pela execução dos serviços não será reduzida, ou alterada em decorrência da existência da fiscalização do Contratante. Deverá ser, antes, entendida como uma parceria responsável e de colaboração;
9. Acatar todas as orientações da **CONTRATANTE**, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;
10. Programar, junto à Fiscalização da **CONTRATANTE**, os horários de sua realização dos serviços, de forma a produzir o máximo de resultados e o mínimo de transtorno para o MEC;
11. Executar fielmente os serviços programados no Termo de Referência, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização;
12. Refazer e repor, corretamente, os serviços rejeitados pela administração por não estarem de acordo com as especificações ou não classificados como de primeira qualidade, sem prejuízo do andamento cronológico, arcando com o ônus do fato;
13. Substituir os produtos que se encontram com vícios, nos prazos estipulados no Termo de Referência e Edital;
14. Executar todos os trabalhos por meio de mão-de-obra especializada, de acordo com as normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e recomendações do fabricante, correspondentes a cada serviço constante do Termo de Referência;
15. Manter seus empregados convenientemente uniformizados, em condições de higiene e segurança, portando crachás de identificação;
16. Fornecer e manter seus empregados portando os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) requeridos na execução das atividades, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT/MTbE;
17. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as Normas de segurança, prevenção de acidentes e incêndios no desempenho de cada etapa das funções específicas;

18. Substituir, sempre que exigido pela **CONTRATANTE** e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconveniente e insatisfatórios;
19. Arcar com todas as despesas relativas à execução dos serviços, tais como: materiais, equipamentos, ferramentas, fretes, transportes horizontais e verticais, licenças, taxas, impostos, emolumentos, mão-de-obra, transporte e alimentação dos empregados, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente **CONTRATO**
20. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a **CONTRATANTE**, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos ou de quem em seu nome agir;
21. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados à União, dentro da área e das dependências dos locais onde serão realizados os serviços;
22. Designar preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, e para o gerenciamento e execução dos serviços contratados;
23. Limpar os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela fiscalização, depositando todos os materiais considerados como não aproveitáveis e os entulhos em recipientes apropriados, descartando os em locais indicados pelo GDF, sem criar constrangimentos à **CONTRATANTE**;
24. Cumprir as demais disposições constantes do item 12 do Termo de Referência;
25. Responsabilizar-se por todas as etapas dos serviços involuntariamente não explícitas no Termo de Referência, mas necessárias à execução total dos serviços e ao seu perfeito acabamento;
26. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas quando da contratação;
27. Não subempreitar global ou parcialmente os serviços avençados; e
28. Observar o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO DOS SERVIÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pela execução dos serviços objeto do presente Contrato, fica estimado o valor total de **R\$ xxxxxxx,xx (xxxx)**, que correrá à conta do Programa de Trabalho PTRES nº, Elemento de Despesa xxxxxxxx, em razão do que foi emitida a Nota de Empenho nº 2008NExxxxxxx, em favor da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, mensalmente, por meio de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) Discriminativa(s), devidamente atestadas pela Fiscalização da **CONTRATANTE** e, ainda, dos comprovante de recolhimento dos encargos sociais e, quando for o caso, das multas aplicadas.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Havendo atraso na data prevista para o pagamento, o valor devido será atualizado monetariamente, acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, apurados desde a data prevista para tanto, até a data de sua efetivação, calculados “*pro rata die*”, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96, Lei nº 9.718, de 27/11/98 e IN/SRF nº 480, de 15/12/2004, alterada pelas IN Nº 539, DE 25/04/2005 E nº706, de 19/01/2007, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – **COFINS** e a contribuição para o **PIS/PASEP** sobre os pagamentos que efetuar a **CONTRATADA** se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do **IRPJ**, de que trata a Instrução Normativa SRF nº 79, de 01/08/2000.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Quanto à prestação de serviços, na retenção do Imposto Sobre Serviços - ISS, será observado, no que couber, o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

SUBCLÁUSULA QUARTA - No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais da habilitação quanto à situação de regularidade da empresa. Art. 27, §2º, do Decreto nº5.450/2005.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67 da lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidor da Coordenação de Obras e suporte Técnico/CGRL/SAA, designado como Representante da Administração, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante, deverão ser solicitadas aos seu gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas que se fizerem necessárias.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A Administração, devidamente representada na forma desta Cláusula, poderá rejeitar, no todo, ou em parte, os serviços prestados, sem

ônus para o MEC, se executados em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, Edital, neste Contrato e na sua proposta.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente Instrumento terá vigência até **31 de dezembro de 2008**, a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

Para assinatura do Contrato, a **CONTRATADA** prestará garantia no valor de **R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXX)**, correspondente ao percentual 5% (cinco por cento) do valor global do **CONTRATO**, em uma das modalidades definidas no § 1º do Art. 56, da Lei nº 8.666/93, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do presente instrumento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste **CONTRATO** ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da **CONTRATADA**, ou de seu preposto, ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A autorização contida na Subcláusula anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas o valor da garantia que vier a ser utilizado pela **CONTRATANTE**.

SUBCLÁUSULA QUARTA - A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

SUBCLÁUSULA QUINTA – A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, na execução do objeto deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato poderão ser aplicadas ao inadimplente as sanções de que tratam os Arts. 86 a 88, da Lei n.º 8.666/93, além da multa de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura, por dia em que, sem justa causa, o licitante vencedor não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste instrumento, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras cominações legais.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Serão aplicadas, também ao inadimplente, as Sanções de trata o item 17 do Edital do Pregão Eletrônico nº xx/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do objeto deste **CONTRATO** enseja sua rescisão, de conformidade com os Artigos 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, nos termos do Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, correndo as despesas à expensas da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

O Foro do presente **CONTRATO** é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente instrumento contratual.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME
C.I n.º
CPF

NOME
C.I n.º
CPF



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2008

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2008

D E C L A R A Ç Ã O

(Nome da empresa).....
CNPJ nº....., sediada (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade – (UF), de de 2008.

(nome e número da identidade do declarante)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2008

DECLARAÇÃO

(Nome da empresa).....,
CNPJ nº....., sediada (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos. (conforme Lei nº 9.854/99)

Cidade – (UF), de de 2008.

(nome e número da identidade do declarante)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2008

DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

Execução de serviços de fornecimento, montagem, remanejamento e reparo de divisórias, armários, guichês e prateleiras, com fornecimento de materiais, inclusive ferragens, visando à complementação de serviços e materiais existentes nas dependências internas dos edifícios da administração direta do Ministério da Educação, em Brasília-DF.

(Nome da empresa):.....

GCG:....., sediada (endereço completo),

telefone:..... Fax:.....

endereço eletrônico:.....

declara sob as penas da lei, que vistoriou o local e que conhece as condições em que serão executados os serviços, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

Brasília/DF,de.....de 2008.

.....
Responsável Técnico da Licitante / nº do CREA.

.....
Coordenação de Obras e Suporte Técnico/CGRL/SAA/SE/MEC.